

A medicina e o pobre: vivências e reflexões de uma experiência

EYMARD MOURÃO VASCONCELOS

Orientador:

Miguel González ARROYO

Data: 20/03/86

A medicina comunitária é o novo paradigma da prática médica que muito tem-se expandido em todo o mundo, desde a década de 1970. Vários estudos têm procurado entender o significado desse processo no contexto da sociedade brasileira, em geral afirmando estar ligado basicamente à questão do controle das tensões e dos antagonismos sociais. Mas, se isso explica o aspecto dominante da sua expansão, não explica a sua totalidade, pois as políticas sociais são contraditórias. O crescimento dos movimentos reivindicativos dos usuários e funcionários do serviço público, com a crise fiscal do Estado, tem alargado essa dimensão contraditória dos serviços de medicina comunitária. Em alguns deles, os movimentos populares locais e os profissionais de saúde organizados conseguiram conquistar um importante

redirecionamento de suas práticas. A esses serviços eu denomino experiências alternativas de medicina comunitária. O objetivo dessa dissertação é o estudo de um desses serviços, implementado na região do brejo do estado da Paraíba, a partir de 1978, em que participei. Analisando várias dimensões da prática ali desenvolvida, busco compreender as relações sociais em que se insere, bem como ressaltar os elementos estratégicos na construção de uma medicina apropriada às classes populares, a partir dos serviços de medicina comunitária. Ao mesmo tempo, faço uma análise da dinâmica social que resultou na expansão da medicina comunitária e no aparecimento das forças sociais que originaram as experiências alternativas dessa medicina.

Literatura infantil: a procura do leitor

MARIA ANTONIETA ANTUNES
CUNHA

Orientadora:

Magda B. SOARES

Data: 21/03/86

O concurso João-de-Barro, realizado anualmente a nível nacional, premia textos inéditos de literatura infantil, através de dois júris: um, de adultos, constituído de 3 especialistas ou escritores; outro, composto de onze (ou nove) crianças de Belo Horizonte. O júri adulto escolhe um texto como vencedor, e mais quatorze (ou nove), para leitura e premiação das crianças. Nunca, de 1974 a 1985, os dois júris coincidiram na escolha.

Esse dado instigante levou-nos a procurar levantar, através da análise literária das obras premiadas e das opi-

niões do júri infantil, os critérios que orientam adultos e crianças na seleção da obra infantil.

Tais análises levaram-nos a três conclusões principais:

1 - Em geral, o adulto, mesmo especialista, não leva em consideração o valor estético da obra para crianças, privilegiando aspectos didáticos e o pensamento conservador. 2 - A criança, desde cedo, mostra-se marcada pela ideologia também presente nos textos escolhidos pelos adultos. 3 - A pontuação e as justificativas apresentadas pelas crianças

não nos permitiram estabelecer critérios válidos para as crianças em geral, na escolha de obras. A nível de recepção, torna-se arriscado definir como deve ser a obra de literatura infantil.

A aparência de democracia da inclusão de um júri infantil e a aceitação tácita do julgamento dos especialistas incentivam o aproveitamento pelos educadores de obras sem valor literário e "estabilizadoras", em lugar de outras que cumpririam a verdadeira função social da arte.